

Acordo prevê que mandato não será superior a cinco anos, diz Aureliano

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília



Aureliano Chaves



Ulysses Guimarães

finidos" ou "outros" (presumivelmente menos de quatro anos).
Ora, a Pesquisa Folha divulgada no último dia 2 expõe sentimento bem diverso entre o eleitorado: 62% querem eleições presidenciais antes de novembro de 88 (44% já e 18% no início do ano, após a promulgação da Constituição). Com os 10% que sugerem novembro de 88, tem-se 72% dos eleitores de São Paulo dispostos a encurtar o mandato de Sarney.
Uma pesquisa divulgada sexta-feira pelo "Diário do Sul", editado em Porto Alegre pelo grupo "Gazeta Mercantil", confirma: 54% dos gaúchos querem diretas-já (este ano).
Ou seja, entre a Pesquisa Folha feita no fim de abril e a do "Diário do Sul", feita no início de maio, aumenta em dez pontos percentuais o número dos que querem diretas este ano. É verdade que os universos pesquisados são diferentes, mas os resultados parecem refletir o agravamento da crise tanto política como econômica e a percepção (certa ou errada, não vem ao caso) de que fazer já o pleito presidencial é a saída.

Nesses números todos há um fosso impressionante: os eleitores são esmagadoramente favoráveis ao encurtamento do mandato de Sarney (até para três anos), enquanto os eleitos não definem uma maioria clara sequer pelo encurtamento para quatro anos (ficam entre 47 e 49 por cento, conforme a pesquisa que se consulte).
Não bastassem, portanto, a crise política e a crise econômica, delineia-se também uma crise de representatividade, dada pelo fato de que constituintes eleitos há escassos seis meses não falam a mesma linguagem de seus eleitores.
Nessa direção, há outra evidência dramática na qual coincidem todas as crises: também eleito há seis meses, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, enfrenta uma greve do funcionalismo estadual que dura um mês, e já se discute, na Assembléia gaúcha, a hipótese de "impeachment" do governador.

Deputado elogia Constituição uruguaia

Da Sucursal de Brasília
No último sábado, depois da reunião com o presidente Sarney e o ministro Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães elogiou a Constituição do Uruguai, dizendo que o sistema de governo daquele país, presidencialista, foi capaz de superar "graves crises militares" por assegurar "participação mais intensa do Congresso nas decisões do governo".
Ulysses tem simpatia por um item da Constituição uruguaia que prevê a destituição de ministros indicados

pelo presidente através de votos de desconfiança. O presidente do PMDB quer aproveitar a experiência uruguaia num sistema o mais presidencialista possível.

Em seu relatório sobre sistema de governo, o deputado José Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo, vai aproveitar os três tipos de voto de desconfiança da Constituição uruguaia: o singular, contra um ministro, o plural, contra vários, e o coletivo, contra todo o ministério.

Mário Covas, entende que não há motivo para se vincular o mandato de Sarney ao mandato dos futuros presidentes. "Uma coisa é o permanente e, outra, o conjuntural", acha Covas, que, como se sabe, é nada menos do que o líder do PMDB no Congresso constituinte.

Além disso, fica evidente uma alarmante falta de sintonia entre o eleitorado e os eleitos: as duas pesquisas publicadas sábado sobre o mandato de Sarney, ambas feitas

exclusivamente entre os constituintes ("Jornal do Brasil" e "Correio Braziliense"), coincidem: a maioria dos parlamentares quer quatro anos para Sarney.

No "Jornal do Brasil", 49,6% advogam essa tese, contra 41,4% que preferem cinco (20,3%) ou seis anos (21,1%). No "Correio Braziliense", 47,5% vão de quatro anos e 43,1% querem mais (24,5% são por cinco anos e 18,6% seis anos). O que falta para completar 100% entra em "inde-

terminado" ou "outros".

Se se acrescentar que outras grandes lideranças (os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia) também são presidencialistas, chega-se à inevitável conclusão de que a saída parlamentarista não é produto de uma convicção firmada, mas do peso das contradições do sistema de governo da chamada "Nova República".

Pior ainda: se alguém imagina que o tal de "presidencialismo mitigado" é uma solução, a realidade o contradiz frontalmente. O episódio da frustrada nomeação do governador cearense Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda é eloquente; exercitou-se o "presidencialismo mitigado", pois Sarney queria nomear Tasso, mas viu-se bloqueado pela resistência do PMDB, seu principal partido de sustentação, e recuou. Deu no que deu: o agravamento da crise política. (CR)

Em pesquisa, Ulysses apóia 4 anos para Sarney

Contrariando todas as suas declarações públicas em favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, votou por período de apenas quatro anos, em pesquisa promovida entre os constituintes pelo jornal "Correio Braziliense" e divulgada no sábado.

O jornal deu o nome de todos os 387 deputados e senadores ouvidos, com as respectivas posições (quatro, cinco, seis anos ou indefinidos), e o nome de Ulysses aparece claramente entre os 49,7% dos peemedebistas que preferem quatro.

Pelo que a Folha apurou, o presidente Sarney tomou conhecimento do voto de Ulysses antes da reunião que os dois (mais o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL) mantiveram anteontem, no sítio de Sarney em Luziânia (60 km a sudoeste de Brasília, em Goiás). E, a partir daí, cristalizou-se o impasse que já vinha se desenhando nitidamente entre a cúpula e/ou as grandes lideranças do PMDB e o presidente da República em torno da duração do

mandato presidencial. Afinal, Sarney quer seis anos de mandato, aceita cinco, mas recusa os quatro e, ainda por cima, entende que só pode caber a ele tomar a decisão de propor a redução de seu próprio mandato.

Consequência: Sarney, Ulysses e Aureliano (este, ressalve-se, atuando mais como pára-choque de uma iminente colisão entre os outros dois) passaram a buscar uma rima e não uma solução para a crise política, desviando a discussão para a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), em vez de atacar de frente a questão política central, que é a duração do mandato presidencial.

No dizer até de um dos mais importantes assessores do próprio Sarney, trata-se de "uma discussão bizantina, enquanto se está sentado sobre um vulcão" (vulcão, no caso, é a crise econômica, acoplada, ainda por cima, à crise política).

E é de fato uma discussão bizantina, pelo seguinte:

1 — Se os três querem o parlamentarismo-já, bastaria que dessem o sinal verde para o encaminhamento

de proposta já elaborada pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR). A proposta visa emendar a atual Constituição para a implantação imediata do parlamentarismo. Faltam apenas 69 assinaturas para que ela possa ser apresentada à Mesa do Congresso, e o sinal verde dos três tornaria fácil a sua obtenção.

2 — Se os três querem o parlamentarismo em 1988, após a promulgação da nova Constituição, bastaria deixar que o Congresso constituinte seguisse seu curso normal. A tendência no Parlamento é por alguma forma de parlamentarismo, tendência que se cristalizou após a crise gerada pela demissão de Dilson Funaro do Ministério da Fazenda.

Mais do que uma tendência, alguma forma de parlamentarismo é "inevitável", acham lideranças do calibre de José Richa, senador pelo PMDB-PR, e Humberto Souto, deputado pelo PFL-MG.

Pior ainda: a evidência de que Sarney, Ulysses e Aureliano buscaram driblar a questão central (a duração do mandato de Sarney), ao começarem a discutir a forma de

governo, é dada pelo fato de que tanto Ulysses como Aureliano disseram ao presidente que são presidencialistas convictos.

Se se acrescentar que outras grandes lideranças (os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia) também são presidencialistas, chega-se à inevitável conclusão de que a saída parlamentarista não é produto de uma convicção firmada, mas do peso das contradições do sistema de governo da chamada "Nova República".

Pior ainda: se alguém imagina que o tal de "presidencialismo mitigado" é uma solução, a realidade o contradiz frontalmente. O episódio da frustrada nomeação do governador cearense Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda é eloquente; exercitou-se o "presidencialismo mitigado", pois Sarney queria nomear Tasso, mas viu-se bloqueado pela resistência do PMDB, seu principal partido de sustentação, e recuou. Deu no que deu: o agravamento da crise política. (CR)

Subcomissão do Poder Executivo prevê possibilidade de reeleição do presidente

Da Sucursal de Brasília
A possibilidade de reeleição dos presidentes da República — inclusive o atual — é a fórmula que a Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte encontrou para fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney. O relatório a ser apresentado hoje pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da subcomissão, vai propor mandato de quatro anos para todos os presidentes e a criação de um sistema semipresidencialista de governo.



Fixando em quatro anos os mandatos presidenciais, Fogaça contornará o argumento invocado na semana passada pelos líderes do PMDB, do PFL e pelo próprio Sarney, segundo o qual o mandato do atual presidente deve ser igual ao dos futuros. A hipótese da reeleição surge, assim,

como uma fórmula compensatória ao argumento de que quatro anos será um período muito pequeno para o presidente, num regime "parlamentarizado", e aos que acusam o PMDB de querer "cortar" o mandato de Sarney.

No último sábado, Fogaça irritou-se com a insistência do deputado Ulysses Guimarães em favor do sistema presidencialista de governo, e acusou-o de querer contrariar a tendência predominantemente parlamentarista dos constituintes apenas em benefício de seu interesse pessoal, de candidato a presidente da República. "Minha proposta será para a História e não para algumas pessoas", disse, referindo-se a Ulysses.

De acordo com o projeto de Fogaça, o presidente da República será eleito diretamente, por maioria absoluta de votos, se necessário através de votação em dois turnos. Terá o poder de propor leis ao Congresso e de vetar leis aprovadas pelos parlamentares, participará diretamente da elaboração do orçamento, escolherá o primeiro-ministro e os demais

ministros e poderá dissolver o Congresso, convocando novas eleições, se seu gabinete não obtiver maioria. Será mais forte que o primeiro-ministro — que, aprovado pelo Congresso, será o executor das prioridades administrativas do governo e chefeará o gabinete de ministros.

Inspirado na Constituição uruguaia, Fogaça prevê três possibilidades de voto de desconfiança do Congresso ao gabinete: singular (que levaria à demissão de um ministro), plural (de vários) e coletivo (contra o primeiro-ministro, portanto levando à renúncia de todo o gabinete). Os ministros militares também terão que ser aprovados pelo Congresso, podendo ser dispensados por voto de desconfiança. Fogaça vai propor que o novo sistema entre em vigor ainda durante o governo Sarney, após a promulgação da nova Carta. A fase de transferência dos atuais poderes do presidente para o primeiro-ministro seria administrada por um Conselho de Transição, formado por representantes de Sarney, do Senado e da Câmara.

PMDB vai convocar convenção, diz Scalco

Da Sucursal de Brasília
A Executiva Nacional do PMDB vai convocar amanhã uma convenção nacional do partido para junho, disse ontem o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).
Na convenção, o partido deverá definir sua posição oficial sobre a duração do mandato do presidente José Sarney e sobre o futuro sistema de governo, além de outros temas em discussão no Congresso constituinte.
Segundo Scalco — membro da Executiva do partido — a reunião de amanhã vai tratar também da proposta do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, de que os militantes peemedebistas, em todo o país, definam num plebiscito qual deve ser a duração do mandato do presidente Sarney.

Seminário sobre constitucionalismo e democracia começa hoje no DF

Da Redação da Folha
Com o objetivo de debater aspectos relativos ao constitucionalismo e à democracia no mundo atual, estabelecer projeções quanto às instituições políticas e seu futuro e paralelos com a realidade do país, será realizado, no auditório do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, o "Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia: Instituições Políticas para o Século 21".
Promovido pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec) da Seplan, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) e Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso (Ipeac), o seminário será aberto hoje, às 15h, encerrando-se no dia 14.

O deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP) presidirá a Mesa na abertura do seminário. Presentes também o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ), o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), Juares Rubens Brandão Lopes, Bolívar Lamounier e João Vicente de Abreu Neto.

Às 15h30, o senador Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da Mesa, para a palestra, seguida de debate, do professor Juan Linz, da Universidade de Yale (EUA), sobre "O Processo de Elaboração Constitucional no Mundo Contemporâneo".

Dropes

★ O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, defendeu ontem, em Osório (100 km a leste de Porto Alegre-RS), a "união nacional", afirmando que "as relações entre Estado e nação estão enfraquecidas" e que há "um descompasso entre as exigências da nação e as possibilidades do Estado".

★ O deputado federal João Hermann Neto (PMDB-SP), 41, concluiu ontem o relatório final da Subcomissão de Soberania, Nacionalidade, e Relações Internacionais do Congresso constituinte, da qual é relator.

★ O vice-almirante reformado Silvio Heck, 81, ministro da Marinha no governo Jânio Quadros (1961), que sofreu um acidente vascular cerebral na madrugada de quinta-feira, apresentou melhora ontem e pode deixar até quarta-feira o CTI da Casa de Saúde São Miguel, em Botafogo (zona sul do Rio), segundo informações da equipe médica que o assiste.

Agendas Executiva

Presidente	Sandoz Internacional
9h Ministro-chefe do SNI	17h40 José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo
9h35 Ministro-chefe do Gabinete Militar	8h Reunião com deputados federais
10h10 Ministro-chefe do Gabinete Civil	13h Almoço com o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Luiz Máximo
10h45 Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara	15h Reunião com a bancada estadual do PMDB
11h15 Ministro da Justiça	15h30 Entrevista ao jornal "Correio Braziliense"
15h Ministro da Indústria e Comércio	19h Reunião com o secretário estadual da Saúde, José Aristodem Pinotti
15h40 Ministro das Minas e Energia	
16h20 Ministro do interior	
17h Simão Aké	
17h20 Marc Moret, presidente da	
	Não foi fornecida

São Paulo - Rio. Bons negócios. No meio dessa corrida, uma pausa maravilhosa no RIO'S Cozinha francesa de alto nível.

rio's
Parque do Flamengo. Tel.: 551-1131